

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **MAIO /2015 A ABRIL/2016**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 1 (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.271.998.120,58</b>	-
Pessoal Ativo 2	1.057.799.368,84	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	214.198.751,74	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>(214.914.608,08)</b>	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (Indenizações e Restituições Trabalhistas)	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(715.856,34)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 3	(214.198.751,74)	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL ( III) = ( I - II)</b>	<b>1.057.083.512,50</b>	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
REC EITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.727.049.222,66	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = ( IIIa+IIIb)</b>	<b>1.057.083.512,50</b>	<b>5,36</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	1.183.622.953,36	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.124.441.805,69	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.065.260.658,02	5,40

**FONTE** : Sistema e-Fisco Financeiro – Unid. Resp. - Diretoria de Contabilidade – Recife, 20 de maio de 2016.

**1** Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos .

**2** Foi deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o montante de R\$ 925.302,49, referente as receitas de ressarcimento de pessoal à disposição arrecadadas pelo Poder, consideradas aquelas cujo ingresso ocorreu no período de maio/15 a abril/16, relativas ao período de competência do relatório, consoante previsto no MDF - 6ª edição da Secretaria do Tesouro Nacional.

**3** O montante das contribuições previdenciárias FUNAFIN no período de maio/15 a abril/16 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 66.966.824,85. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado, no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados), o valor de R\$ 214.198.751,74, limitado ao total da referida despesa. Acórdão T.C. nº 1352/13.

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**

Presidente

**Carleide Maria Bezerra**

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

**Francisco José de Freitas Abreu Santos**

Diretor Financeiro

**Wladimir Alves Gomes**

Chefe da Controladoria